

UM CAMINHO A PERCORRER: A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS NO BRASIL

A PATH AHEAD: THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC HEALTH POLICIES FOR OLDER ADULTS IN BRAZIL

DOI: 10.16891/2317-434X.v14.e1.a2026.idMEPESA07

Recebido em: 04.12.2025 | Aceito em: 13.12.2025

Lidiane Bernardo Gomes^a, Germana Freire Rocha Caldas^a

Programa de Pós-graduação em Ensino em Saúde, Centro Universitário Doutor Leão Sampaio^a

***E-mail germana@leaosampaio.edu.br**

RESUMO

O envelhecimento populacional no Brasil tem trazido desafios significativos para as políticas públicas de saúde, exigindo estratégias que garantam o cuidado integral à população idosa. A necessidade de ações específicas que considerem as peculiaridades desse grupo etário é crescente, especialmente diante da fragmentação do sistema de saúde e da desigualdade de acesso aos serviços. Este estudo objetivou avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde voltadas para a população idosa no Brasil, com enfoque na atenção integral. Foi realizada uma revisão de literatura com abordagem qualitativa, analisando artigos publicados entre 2021 e 2025 nas bases Lilacs, Periódicos Capes, Google Acadêmico e Scielo. Os resultados demonstraram que, embora o país tenha avançado na formulação de políticas específicas, a implementação enfrenta desafios relacionados à integração entre os níveis de atenção, à capacitação dos profissionais de saúde e à desigualdade regional. A atenção básica, identificada como ponto de entrada no SUS, desempenha um papel fundamental na promoção de um cuidado integral, mas necessita de reforço estrutural e educativo para atingir maior efetividade. Também foi evidenciado que práticas voltadas ao envelhecimento saudável, como atividades físicas e integração social, ampliam a abrangência do cuidado e contribuem para a qualidade de vida dos idosos. A pesquisa concluiu que as políticas públicas existentes têm contribuído para a promoção da saúde dessa população, mas reforça a necessidade de aprimoramento e investimentos para superar as lacunas identificadas.

Palavras-chave: Saúde. Políticas Públicas. Envelhecimento.

ABSTRACT

Brazil's aging population has posed significant challenges for public health policies, requiring strategies to ensure comprehensive care for the elderly. There is a growing need for targeted measures that account for the unique characteristics of this age group, especially given the fragmentation of the health care system and unequal access to services. The objective of this study was to evaluate the effectiveness of public health policies aimed at the elderly population in Brazil, with a focus on comprehensive care. A qualitative literature review was conducted, analyzing articles published between 2021 and 2025 in the Lilacs, Periódicos Capes, Google Scholar, and Scielo databases. The results demonstrated that, although the country has made progress in formulating specific policies, implementation faces challenges related to integration across levels of care, the training of health professionals, and regional inequality. Primary care, identified as the entry point into the SUS, plays a fundamental role in promoting comprehensive care but requires structural and educational reinforcement to achieve greater effectiveness. It was also shown that practices aimed at healthy aging, such as physical activity and social integration, broaden the scope of care and contribute to the quality of life of older adults. The study concluded that existing public policies have contributed to promoting the health of this population, but it underscores the need for improvements and investments to address the identified gaps.

Keywords: Health. Public Policy. Aging.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional tem se consolidado como um fenômeno marcante em diversas sociedades, trazendo desafios significativos para os sistemas de saúde. A crescente longevidade das pessoas idosas demanda não apenas avanços médicos e tecnológicos, mas também a formulação de políticas públicas que garantam o acesso a serviços de saúde adequados, promovam a qualidade de vida e respeitem as especificidades desse grupo etário. Nesse contexto, as políticas públicas de saúde desempenham um papel fundamental, especialmente ao buscar integrar ações preventivas, curativas e paliativas que atendam às necessidades físicas, emocionais e sociais da população idosa (Ávila *et al.* 2023).

Com o aumento da proporção de pessoas idosas, surge a necessidade de refletir sobre a adequação das políticas públicas de saúde para esse grupo. No Brasil, os programas e ações voltados à saúde da população idosa estão inseridos em um cenário de desafios, como o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde, a fragmentação das redes de cuidado e a falta de integração entre diferentes níveis de atenção. Nesse cenário, discutir a eficácia e a implementação dessas políticas torna-se essencial para compreender como elas impactam a promoção da saúde e a qualidade de vida dos idosos (Santos *et al.* 2022).

O trabalho delimita-se à análise das políticas públicas em saúde destinadas à população idosa no Brasil, com foco na atenção à saúde primária e na integralidade do cuidado. O problema de pesquisa questiona se as políticas públicas de saúde têm sido eficazes em atender às demandas específicas da população idosa no Brasil. Assim, a pergunta que norteia o estudo é: as políticas públicas em saúde têm promovido um cuidado integral e eficiente para as pessoas idosas no contexto brasileiro?

Entre as possíveis respostas ao problema de pesquisa, destaca-se a hipótese de que as políticas públicas de saúde destinadas aos idosos apresentam fragilidades na sua implementação, o que dificulta o alcance de uma atenção integral. Outra hipótese é que a falta de capacitação dos profissionais de saúde e a ausência de recursos financeiros adequados são fatores determinantes para a baixa efetividade dessas políticas. Por fim, também é plausível considerar que os avanços no marco legal e nos

programas específicos para a saúde do idoso tenham contribuído parcialmente para melhorar o acesso aos serviços.

O objetivo deste estudo consistiu em avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde para a população idosa no Brasil, com enfoque na atenção integral. Especificamente, buscou-se identificar os principais desafios enfrentados na implementação dessas políticas, analisar a articulação entre os níveis de atenção à saúde e investigar os impactos dessas políticas na promoção da qualidade de vida da população idosa.

A relevância do trabalho reside no fato de que a compreensão da eficácia das políticas públicas voltadas para os idosos pode subsidiar propostas de melhorias que visem à ampliação do acesso, à qualificação dos serviços e à promoção de um envelhecimento ativo e saudável. Além disso, ao abordar um tema de extrema importância social, a pesquisa contribui para a reflexão e o aprimoramento das práticas de gestão em saúde.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Estatuto do Idoso, instituído em 2003, consolidou um importante marco legal para a proteção dos direitos das pessoas com 60 anos ou mais. Essa legislação estabelece que “as instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de autoajuda” (Brasil, 2003). Costa *et al.* (2024) apontam que, embora a legislação tenha sido um avanço significativo, sua aplicação enfrenta barreiras relacionadas à falta de recursos financeiros e humanos, além de limitações estruturais nos serviços de saúde.

A integralidade do cuidado é um dos desafios centrais na atenção à saúde da população idosa. Silva e Veras (2013) ressaltam que a fragmentação do sistema de saúde brasileiro impede que os idosos recebam um acompanhamento contínuo e integrado. Muitas vezes, o foco é dado apenas ao tratamento de doenças crônicas, negligenciando aspectos preventivos e sociais que impactam diretamente na qualidade de vida. O fortalecimento da atenção primária é, portanto, indispensável para a promoção de um envelhecimento ativo e saudável.

O desenvolvimento de políticas específicas para essa faixa etária começou a se intensificar no final do século XX, mas avanços e desafios permanecem evidentes no século XXI. Segundo Ávila *et al.* (2023), essas políticas precisam não apenas garantir acesso a serviços de saúde, mas também promover um cuidado integral que leve em conta as peculiaridades do envelhecimento. O envelhecimento não deve ser tratado como um problema, mas como uma conquista social que requer adaptações nos sistemas de saúde e na sociedade.

Silva e Veras (2013) apontam que a implementação de políticas públicas eficazes depende da participação ativa dos idosos e da sociedade em geral. A promoção de um envelhecimento saudável envolve a construção de redes de apoio que integrem a família, a comunidade e o Estado, garantindo que as necessidades dessa população sejam atendidas de forma digna e humana. A atenção integral à saúde do idoso é um princípio essencial para a organização do SUS, fundamentado em abordagens interdisciplinares e na promoção da qualidade de vida. Contudo, há lacunas relacionadas à implementação das diretrizes estabelecidas, como o acesso desigual aos serviços de saúde e a carência de infraestrutura adequada em diversas regiões do país. Esses desafios demonstram a importância de fortalecer as redes de atenção primária e de capacitar os profissionais envolvidos no cuidado gerontológico para lidar com as demandas crescentes desse segmento.

No contexto do SUS, Bottamedi *et al.* (2022) apontam que a inclusão de profissionais de educação física no cuidado integral ao idoso é uma estratégia eficaz para promover o envelhecimento saudável. Esses profissionais contribuem para a prevenção de incapacidades funcionais, por meio do incentivo à prática de atividades físicas adaptadas às condições dos pacientes. Essa abordagem não apenas melhora a saúde física dos idosos, mas também fortalece sua autonomia e independência, aspectos fundamentais para a qualidade de vida na velhice.

Santos e Silva (2021) destacam que a educação para o envelhecimento é um tema que deve ser incorporado às políticas públicas de saúde. A conscientização da população e a formação dos profissionais de saúde são passos importantes para promover um envelhecimento saudável e reduzir o impacto das doenças associadas ao envelhecimento. A

integração de diferentes áreas do conhecimento é fundamental para alcançar esses objetivos.

Rodrigues *et al.* (2021) enfatizam que o cuidado integral à saúde do idoso requer a implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social e o acesso equitativo aos serviços de saúde. A participação ativa das famílias e da comunidade é essencial para a efetivação dessas políticas, garantindo que as necessidades dos idosos sejam atendidas de forma humanizada e digna

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa e consistiu em uma revisão de literatura, contemplando artigos publicados entre os anos de 2021 a 2025. A revisão de literatura é um método fundamental para a construção do conhecimento científico, pois permite analisar, interpretar e sintetizar informações já existentes sobre determinado tema, como destacado por Lima e Mioto, que afirmam que a pesquisa bibliográfica é essencial para o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos ao sistematizar conhecimentos de forma crítica e fundamentada.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: saúde do idoso, políticas públicas, atenção integral e qualidade de vida. As bases de dados consultadas incluíram Lilacs, Periódicos Capes, Google Acadêmico e Scielo, que são reconhecidas pela ampla disponibilidade de artigos acadêmicos relevantes e atualizados.

Foram estabelecidos critérios de inclusão para selecionar os estudos mais pertinentes ao tema. Foram considerados artigos que abordassem políticas públicas de saúde para a população idosa em um contexto brasileiro e aqueles publicados em português. Por outro lado, os critérios de exclusão incluíram estudos que tratavam de políticas de saúde para outras faixas etárias e publicações sem acesso completo ou que não apresentavam metodologia detalhada.

Além da revisão de literatura, também foram analisadas jurisprudências de 2019 a 2023, consultadas nos Tribunais de Justiça do Brasil. Essa análise teve como objetivo identificar decisões judiciais relacionadas à garantia dos direitos de saúde para a população idosa e compreender como as políticas públicas são aplicadas no contexto jurídico. O procedimento adotado assegurou a

integração de diferentes perspectivas, enriquecendo a abordagem teórica e prática da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A efetividade das políticas públicas de saúde para a população idosa no Brasil, com foco na atenção integral, é tema de grande relevância diante do envelhecimento populacional e seus desafios para o SUS. Ávila *et al.* (2023) mostram que, embora tenham ocorrido avanços, há lacunas na implementação, especialmente no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis de atenção. Essa fragmentação impacta diretamente a promoção de um cuidado integral, elemento central do SUS.

A atuação interprofissional e a capacitação dos profissionais de saúde são essenciais para consolidar políticas públicas efetivas. Martins *et al.* (2023) reforçam que a qualificação é indispensável para garantir o cuidado integral. A ausência de treinamentos específicos contribui para a fragmentação dos serviços. Tameirão e Afonso (2021) destacam que a atenção básica, como porta de entrada do sistema, precisa ser fortalecida para implementar práticas que contemplem as necessidades da população idosa.

O Estatuto do Idoso estabelece direitos fundamentais e orienta políticas voltadas para essa população. “As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais” (Brasil, 2003). Costa *et al.* (2024) pontuam que, apesar da relevância da legislação, sua aplicação enfrenta desafios, como desigualdades no acesso e a insuficiência de recursos destinados à saúde do idoso.

Rodrigues *et al.* (2021) ressaltam que o cuidado integral deve incluir subgrupos específicos, como idosos com deficiência, que enfrentam barreiras adicionais no acesso a serviços. A inclusão de estratégias para essas necessidades específicas é essencial para garantir equidade no cuidado. Souza (2022) complementa que as desigualdades regionais no Brasil afetam a implementação de políticas, reforçando a necessidade de fortalecer redes de atenção e capacitar os profissionais.

Promover o envelhecimento saudável também é uma dimensão central do cuidado integral. Bottamedi *et al.* (2022) apontam que a atuação de profissionais de educação física no SUS contribui para a autonomia e

qualidade de vida dos idosos, reduzindo incapacidades e fortalecendo o conceito de atenção integral. Essa perspectiva é um avanço na promoção da saúde, indo além do simples tratamento de doenças.

Santos *et al.* (2022) mostram que as políticas públicas de saúde para idosos, apesar dos avanços, ainda são limitadas por fatores como fragmentação dos serviços e falta de integração. A articulação entre saúde, assistência social e educação é fundamental para alcançar resultados mais efetivos. Santos e Silva (2021) destacam que a educação permanente dos profissionais é essencial para promover uma abordagem humanizada e integrada do cuidado.

Silva e Veras (2013) reforçam a urgência de superar a fragmentação do sistema para alcançar a integralidade do cuidado. A atenção básica, como coordenadora das ações, precisa integrar os diferentes níveis de atenção e garantir o acompanhamento contínuo dos idosos. Esse papel é central para que políticas públicas alcancem sua plena efetividade.

Ao avaliar a efetividade das políticas públicas de saúde para a população idosa, fica claro que avanços importantes foram conquistados, mas há muito a ser feito. A atenção integral exige abordagens interprofissionais, integração entre níveis de atenção e o fortalecimento das redes regionais. Capacitação contínua dos profissionais e práticas que promovam o envelhecimento saudável são indispensáveis para transformar avanços legislativos em ações efetivas.

CONCLUSÃO

A análise realizada demonstra que as políticas públicas de saúde para a população idosa no Brasil têm buscado garantir o atendimento integral às suas necessidades, refletindo avanços significativos nas últimas décadas. O foco da pesquisa permitiu avaliar o impacto dessas políticas no contexto do SUS, analisando sua capacidade de promover ações articuladas entre os níveis de atenção e de responder às demandas crescentes associadas ao envelhecimento populacional. Foi possível constatar que a atenção integral, apesar de ser uma premissa do sistema, ainda enfrenta desafios de implementação, especialmente no que se refere à integração entre os serviços e à qualificação dos profissionais.

Ao considerar o marco legal existente, verifica-se que o país dispõe de instrumentos normativos que reforçam os direitos das pessoas idosas, como o Estatuto do Idoso, que destaca a necessidade de garantir um cuidado contínuo, humanizado e qualificado. No entanto, a operacionalização dessas diretrizes tem encontrado barreiras estruturais, como a desigualdade de recursos entre regiões e a carência de investimentos financeiros e humanos adequados. Esses fatores impactam diretamente a capacidade do sistema de atender de forma equitativa a todas as regiões do Brasil, criando disparidades no acesso aos serviços.

No âmbito da atenção básica, o estudo destacou a importância de estratégias que fortaleçam o papel dessa instância como coordenadora do cuidado integral. A qualificação das equipes de saúde é essencial para que o acompanhamento seja contínuo e para que sejam consideradas as particularidades da população idosa, como o manejo de doenças crônicas e o suporte à autonomia. Além disso, os profissionais de saúde devem ser

preparados para atender às demandas psicossociais e para lidar com o envelhecimento de forma multidimensional.

A inclusão de abordagens voltadas à promoção de um envelhecimento ativo e saudável também se revelou indispensável. Práticas que envolvem atividade física, integração social e educação em saúde ampliam o conceito de atenção integral, mostrando que o cuidado vai além do tratamento de doenças. Tais ações reforçam a necessidade de articulação intersetorial, que une saúde, assistência social e educação em prol de um atendimento que seja efetivo e humanizado.

A pesquisa alcançou seus objetivos ao evidenciar os avanços e as limitações das políticas públicas de saúde para os idosos no Brasil. Os resultados apontaram a necessidade de fortalecer ações que promovam a equidade, a integralidade e a humanização do cuidado, consolidando os avanços já alcançados e superando os desafios persistentes para garantir qualidade de vida à população idosa.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Priscila Wermelinger; *et al.* Políticas públicas para a população idosa: um breve resgate histórico e suas possibilidades de implementação. **Saúde Coletiva**, v. 27, n. 125, ago. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/politicas-publicas-para-a-populacao-idosa-um-breve-resgate-historico-e-suas-possibilidades-de-implementacao/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BOTTAMEDI, Daiane *et al.* Contribuição do Profissional de Educação Física no Processo de Envelhecimento: Cenário no SUS. **Revista CPAQV– Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida** | Vol, v. 14, n. 1, p. 2, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcio-Getirana/publication/359338194_CONTRIBUICAO_DO_PROFISSIONAL_DE_EDUCACAO_FISICA_NO_PROCESSO_DE_ENVELHECIMENTO_CENARIO_NO_SUS/links/6235c3c8d1e27a083bbc2cf5/CONTRIBUICAO-DO-PROFISSIONAL-DE-EDUCACAO-FISICA-NO-PROCESSO-DE-ENVELHECIMENTO-CENARIO-NO-SUS.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 15 jan. 2025.

COSTA, Josiette de Nazaré Silva da; *et al.* Pessoa idosa: importância das políticas públicas no envelhecimento. **Ciências Sociais Aplicadas**, v. 28, ed. 139, 14 out. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/th102410141254>. Acesso em: 15 jan. 2025.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál.** Florianópolis, v. 10 n. esp. p. 37-45. 2007. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwriqxcxIJFnFSgE.APz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1738773810/RO=10/RU=https%3a%2f%2fwww.scielo.br%2fj%2frk%2fa%2fhSF5Ns7dkTNjQ

VpRyvhc8RR%2f%3fformat%3dpdf/RK=2/RS=EOf5aIJ
KkWRJPH9kuFbrD2P4_4Q-. Acesso em: 13 jan. 2025.

MARTINS, Josiane de Jesus; *et al.* Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/politicas-publicas-para-a-populacao-idosa-um-breve-resgate-historico-e-suas-possibilidades-de-implementacao/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

RODRIGUES, Daniela Laurentino *et al.* Saúde do idoso com deficiência: contribuições para a construção de cuidado integral à saúde. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 6588-6599, 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27135>. Acesso em: 22 jan. 2025.

SANTOS, Raily Teresa da Silva; Duarte, Laís Kailane Costa; Queiroga, Rodrigo Pinheiro Fernandes de. Políticas públicas de saúde voltadas para os cuidados com a pessoa idosa no Brasil. **Anais do Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**. 2022. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/cieh/2022/TRABALHO_COMPLETO_EV179_MD4_ID112_TB114_15082022221549.pdf. Acesso em: 18 jan. 2025.

SANTOS, Soraia Silva; SILVA, Noêmia Lima. Refletindo sobre Educação, Saúde do Homem e Envelhecimento na sociedade contemporânea. **Revista Teias de Conhecimento**, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/17221>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, Luciana Ferreira da; Veras, Renato Pereira. Políticas públicas para pessoas idosas no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 12, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/dBRFg9jpfpVgNSVvSVwCZsB/>. Acesso em: 14 jan. 2025.

SOUZA, Jeane Azevedo. Impactos das políticas públicas de saúde para os idosos no Brasil. **Revista Científica FESA**, v. 1, n. 16, p. 15-28, 2022. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/163>. Acesso em: 16 jan. 2025.